



SALDAMOS AO ESTRANGEIRO AO PREÇO DA "UVA MIJONA" O MAIOR EMPREENDIMENTO PORTUGUÊS EM ÁFRICA

Texto de Adulcino Silva*

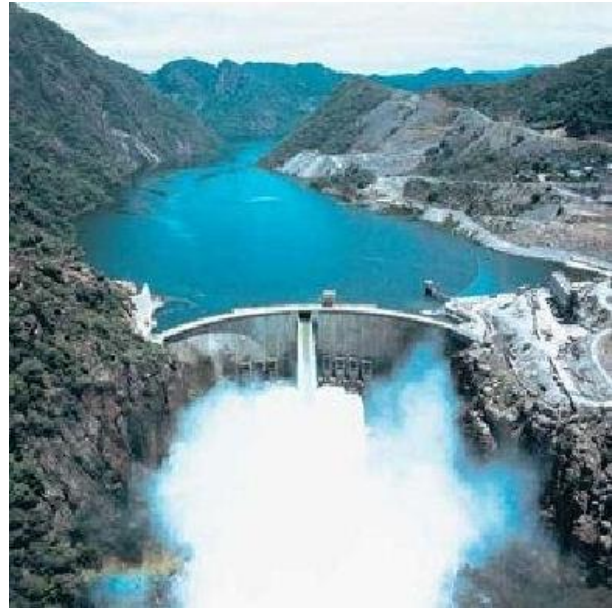
Um silêncio comprometedor assola o Parlamento e contagia a comunicação social do "politicamente correcto" sobre a transmissão da maioria do capital da Hidroeléctrica da Cabora Bassa (HCB) para o Estado moçambicano. O acordo da transferência prejudica Portugal. A HCB tem vindo a gerar receitas superiores a cem milhões de dólares/ano, mostrando tendência para gradual aumento das receitas nos próximos anos. Apesar da importância que o caso se reveste, não temos conhecimento de se ter realizado qualquer debate sobre o mesmo, nem do Governo ter sido questionado no Parlamento antes da concretização do negócio, o que se nos afigura estranho.

A passagem do controlo português para o moçambicano da Hidroeléctrica da Cabora Bassa foi um mau negócio para Portugal, que passa a deter apenas 15% e, destes, 5% podem vir a ser alienados a favor de uma empresa privada.

Acresce que o Governo de Lisboa perdoou a dívida da HCB ao Estado português no montante aproximado de 1,9 mil milhões de euros. Nesta verba não estão incluídos os juros que, de acordo com Bagão Félix, antigo ministro português das Finanças, "seriam quase o dobro", tendo apontado para um total de "mais de 3500 mil milhões de dólares". Dos 750 milhões de euros que Moçambique se comprometeu a pagar, 250 milhões são liquidados pelas receitas obtidas pela própria empresa. Isto é, 82% dessa importância já pertencia a Portugal por repartição de lucros, pelo que Moçambique apenas paga 18% dos 250 mil milhões. Não é, como a evidência o demonstra, um bom negócio para os Portugueses, contrariamente ao noticiado por certa comunicação social portuguesa, que "embandeirou em arco". O restante débito deverá ser pago até ao fim do próximo ano, existindo ainda a possibilidade de Moçambique liquidar essa verba em duas tranches até Julho de 2008. Segundo Bagão Félix "o acordo estava praticamente concluído em

2004. Só que Moçambique teria de pagar 1250 milhões de dólares no prazo máximo de um ano", o que nos leva a perguntar as razões ou não razões que levaram o Governo português, liderado pelo Engº José Sócrates, a reduzir substancialmente os valores anteriormente acordados?

As negociações entre Portugal e Moçambique sobre Cabo Bassa - a segunda maior empresa em Moçambique - arrastavam-se há mais de 30 anos e concretizam-se quando a hidroelétrica está a arrecadar receitas, pela venda de energia eléctrica à África do Sul e ao Zimbabwe. Este país importa de Moçambique 32% da energia que consome. Recorde-se que desde 1981 as receitas arrecadadas pela HCB têm vindo a aumentar. O fornecimento de electricidade a outros países limítrofes de Moçambique tende a ser uma realidade, o que irá proporcionar aumento do volume de receitas (e ganhos) para a HCB, S.A. Presentemente decorrem



conversações para fornecimento de energia eléctrica ao Malawi. Segundo um trabalho publicado pela *Média Fax* (Moçambique), a HCB registou em 2004 um volume de negócios de 17,8 triliões de meticais (moeda moçambicana). A empresa é detentora de uma das maiores linhas de condução de electricidade do mundo: 1.402 km, ligando Songo à subestação *Apollo*, na África do Sul. E, não menos importante, o facto de Cabora Bassa proporcionar a Moçambique de excelentes condições para empreender novas iniciativas de invulgar interesse para a economia daquele africano lusófono. Saliente-se que Cabo Bassa é um dos maiores empreendimentos de todos os tempos erguido em África pelos portugueses, aliás durante um período muito conturbado pela guerrilha que obrigou a redobrada segurança em redor do gigantesco empreendimento. A guerrilha em Moçambique e uma situação internacional adversa à política de Portugal em África, originaram o atraso no retorno do volume do capital investido. Agora, com a estabilidade política que se vive naquela antiga província ultramarina portuguesa, as expectativas quanto ao futuro da HCB são as melhores. Terá sido neste contexto que o então presidente do Conselho de Administração da HCB, Carlos Veiga Anjos afirmara ao semanário *Expresso*: "Cabo Bassa é uma empresa muito rentável e se o seu preço de energia (*decorriam negociações com a África do Sul, com Nelson Mandela em presidente*) estiver de acordo com o que se pratica no mercado, criando-se as condições para o normal funcionamento da barragem e retomando assim o seu desígnio inicial". Recorde-se que em 2004 a HCB deixou de apresentar saldo negativo.

Não teria sido possível a efectivação de um acordo entre Portugal e Moçambique que pelo menos não fosse tão penoso para o primeiro?

Ao Governo cabe esclarecer detalhadamente os Portugueses sobre este negócio de Estado. Se o não fizer, quanto antes, incorre em suspeição.

FORAM PORTUGUESES QUE DOMARAM A FÚRIA DO ZAMBEZE

Foram Portugueses os domadores das águas revoltas do rio Zambeze, cuja bacia hidrográfica ultrapassa 1.200.000 km², percorrendo 800 km em território moçambicano.

O Gabinete do Plano do Zambeze foi criado por Salazar para concretizar o plano destinado a transformar o vale do Zambeze numa região invulgarmente rica e para proporcionar aos portugueses (brancos, negros e mestiços) condições de vida muito para além do que se verificava nos países africanos independentes. Os meios financeiros para o referido Plano estavam assegurados, sem recurso a empréstimos externos.

Para quem desconheça (e serão certamente muitos), o vale do Zambeze possui um subsolo rico em gás e carvão mineral, e um solo fértil para diversas culturas agrícolas, bem como condições privilegiadas para a pecuária e também para aproveitamento de rentabilidade segura de indústria transformadora. Acresce a tudo isto o facto de constituir uma região com todas as condições para empreendimentos turísticos.

Este conjunto de riquezas despertou interesses da "holding" Geocapital de Macau, de que fazem parte, como foi recentemente noticiado em alguns meios da comunicação social moçambicana e portuguesa, Stanley Ho, Ferro Ribeiro e Dr. António Almeida Santos, entre algumas personalidades políticas e governamentais moçambicanas.

A ÚLTIMA GRANDE OBRA DE SALAZAR

Cabora Bassa fazia parte de um projecto mais vasto e de singular importância que tinha por finalidade eliminar o subdesenvolvimento de uma região quase duas vezes superior à superfície do Portugal europeu. Era o Plano de Desenvolvimento do Vale do Zambeze que já estava a ser executado e que previa, no seu todo, abranger uma área superior a 210 mil km², o equivalente a cerca de 1/4 da superfície de Moçambique. A barragem serve para regularizar os caudais do Zambeze e destina-se também a irrigar cerca de 1,5 milhão de hectares de terras do vale a que aquele rio deu o seu nome.

A 11 de Janeiro de 1968 foram abertas as propostas para o início das obras preliminares do desvio do rio Zambeze bem como as obras de pavimentação de duas estradas de acesso a Cabora Bassa



Área coberta e comprimento do lago em sobreposição ao mapa de Portugal (+-)

e a construção de uma pequena mas bem delineada cidade, dotada de todas as infraestruturas (esgotos, água potável canalizada, energia eléctrica), e servida de escolas, hospital, aeródromo, telefones, estabelecimentos comerciais, clube e espaços de lazer, destinada ao alojamento do pessoal trabalhador, cuja população chegou a ser de nove mil almas, metade da qual era composta por naturais de Moçambique. Concorreram empresas portuguesas, da Alemanha Ocidental, da África do Sul, da França e da Suécia, e a 12/3/68 foram abertas as propostas para a execução da gigantesca barragem - a segunda maior de África e a quinta maior do mundo. Os estudos sobre os caudais do Zambeze na zona de Cabo Bassa, bem como noutros locais, foram realizados por técnicos portugueses de reputação internacional do Laboratório Nacional de Engenharia Nacional. Em meados de Julho de 1968 o Dr. Oliveira Salazar reuniu o Conselho de Ministros, tendo sido decidido adjudicar a obra ao consórcio ZAMCO que apresentou a proposta mais baixa: 7.033.048.345\$00, não se tendo verificado "derrapagem orçamental" e os prazos cumpridos, pormenores de rigor que deixaram de se verificar, com frequência nas obras públicas depois de "25 de Abril. O concurso previa que o *"financiamento estará completado no prazo de 20 anos, contados a partir da data do início da exploração do aproveitamento"*, salienta o jornalista e escritor A. Santos Martins no seu livro "Cabora Bassa - a última epopeia", editado no início de 2006. O autor acompanhou muito de perto a construção da gigantesca barragem e proporciona no livro citado um conjunto de pormenores de vária ordem que arrasa os argumentos dos cérebros virgens e dos almocreves do actual regime político.

A albufeira de Cabora Bassa tem, no seu ponto máximo, 40 km de largura e a sua extensão é de 270 km. Com estes números, o leitor pode ter uma ideia aproximada do que é aquele gigante erguido numa zona muito acidentada. A sua construção não colidiu com a Natureza, com o meio ambiente, como se diz agora.

A África do Sul garantiu ao Governo presidido por António de Oliveira Salazar: "se necessário compraria até 2/3 da energia produzida por Cabo Bassa" e, já então, era suposto que os países limítrofes passariam a importar energia eléctrica produzida por Cabora Bassa.

ALGUNS NOMES A RECORDAR



Eng.º Braz Oliveira

Muitos trabalhadores anónimos naturais de Moçambique, então província ultramarina portuguesa, e de outros pontos de Portugal ficaram ligados para sempre à construção do grande colosso, que merecem justo reconhecimento.

Contudo, pela responsabilidade que souberam arcar, pela competência técnica demonstrada e pelo empenhamento posto na edificação de Cabora Bassa, queremos recordar respeitosamente o Engº Eduardo Arantes de Oliveira, à época ministro das Obras Públicas do Governo presidido por António de Oliveira Salazar, e presidente do Conselho Superior de Fomento Ultramarino, tendo

Cabora Bassa - a grande epopeia portuguesa do século XX

substituído Baltazar Rebelo de Sousa como governador-geral de Moçambique.

Ligado à construção de Cabo Bassa e ao Plano de Desenvolvimento do Vale de Zambeze estão também o engº Manuel Pimentel dos Santos, que foi secretário provincial em Angola e governador-geral em Moçambique; engºs Crispim de Sousa, Fernando Brás de Oliveira, Fernando Castro Fontes e Falcão e Cunha.

Poucas décadas depois da construção - mercê de esforço hercúleo e de grande capacidade portuguesa - desse monumento de betão e aço, gerador de desenvolvimento económico e social, um governo português entendeu ceder a Moçambique, a "preço de saldo" uma das maiores obras erguidas no século XX pelos Portugueses em África.

Foi a última epopeia.

*Jornalista